

PSICANÁLISE, DEMOCRACIA E OUTROS TEMAS URGENTES

PSYCHOANALYSIS, DEMOCRACY AND OTHER URGENT TOPICS

PSICOANÁLISIS, DEMOCRACIA Y OTROS TEMAS URGENTES

Lísia da Luz Refosco¹

LIVRO: PSICANÁLISE E DEMOCRACIA

ORGANIZADORES: ANDRÉA B. CALDEIRA MONGELÓ, PEDRO A. POUZADA MANDELLI

PORTO ALEGRE: MELHORPUBLI PUBLICAÇÕES, 2023, 172 P.

Resumo: *Psicanálise e democracia* trata-se de um livro que possibilita ao leitor refletir sobre os aspectos vertiginosos que estão atualmente no centro do debate público sobre a democracia. Organizado por Andréa Mongeló e Pedro Mandelli, ambos psicanalistas, a obra discorre acerca dos efeitos de elementos históricos presentes no corpo social do país, sobre fenômenos sociais que vêm transformando as formas de discursividade e construção subjetiva e, ainda, produz interrogantes ao pensamento clínico e às práticas psicanalíticas.

Palavras-chave: Psicanálise. Democracia. Política. Formação psicanalítica.

Abstract: Psicanálise e democracia is a book that allows the reader to reflect on the dizzying aspects that are currently at the center of the public debate on democracy. Organized by Andréa Mongeló and Pedro Mandelli, both psychoanalysts, the work discusses the effects of historical elements present in Brazil's social body, social phenomena that have been transforming the forms of discursivity and subjective construction, and also raises questions on clinical thinking and psychoanalytic practices.

Keywords: Psychoanalysis. Democracy. Politics. Psychoanalytic training.

Resumen: Psicanálise e democracia es un libro que permite al lector reflexionar sobre los aspectos vertiginosos que actualmente se encuentran en el centro del debate público sobre la democracia. Organizado por Andréa Mongeló y Pedro Mandelli, ambos psicoanalistas, el trabajo discute los efectos de elementos históricos presentes en el cuerpo social de Brasil, fenómenos sociales que vienen transformando las formas de discursividad y construcción subjetiva, y aún plantea interrogantes para la práctica clínica y psicoanalítica.

Palabras clave: Psicoanálisis. Democracia. Política. Formación psicoanalítica.

¹Psicóloga. Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica (PUCRS). Membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Diretora Administrativa/financeira do Instituto Sig – Psicanálise & Política. Porto Alegre/RS. ORCID: 0009-0007-9506-1584. E-mail: lisiarefosco@gmail.com

Psicanálise e democracia é um livro preciso. Ao longo de suas páginas, podemos observar com exatidão e nitidez os aspectos vertiginosos que estão atualmente no centro do debate público sobre a democracia. A obra, por conseguinte, tem a relevância de trazer para a discussão temas absolutamente cruciais para pensar o sujeito e o laço social.

A concepção do livro é derivada, inicialmente, da relação de amizade entre os seus organizadores – Andréa Mongeló e Pedro Mandelli –, que para tentar atravessar a pandemia, constituem um espaço (virtual) de discussão e trocas intitulado “conversas sobre o humano”. Em tempos nos quais a humanidade foi terrivelmente atacada (COVID-19 e Governo de Jair Bolsonaro), os autores apostaram naquilo que Freud (2010) apontou em 1932 como possibilidade de enfrentamento da destruição: os laços emocionais de Eros e de identificação.

A obra é composta de dez capítulos, nos quais distintos autores não somente abordam o período nefasto dos anos 2018-2022, mas também discorrem acerca da presença e os efeitos de elementos históricos incrustados no corpo social do país há séculos; sobre fenômenos sociais vigentes que vêm ao longo dos anos transformando as formas de discursividade e construção subjetiva; e as necessárias interpelações e interrogantes ao pensamento clínico e às práticas psicanalíticas. Assim, além de se apresentar como “testemunho do tempo presente”, *Democracia e psicanálise* consegue alinhar passado e presente no colar do desejo para pensar por um futuro menos violento e mais equânime.

Abordar o tema da democracia é falar necessariamente de política, “campo de sua constituição e avanço” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 13), como afirma Mauro Mendes Dias no ensaio de abertura “Os três tempos da democracia, mais um, desde a psicanálise”. E pensar sobre psicanálise é discutir a respeito de política. Não é necessário aqui esmiuçar-mos a origem grega da palavra e os seus significados, para afirmarmos as suas relações. Ao rapidamente lembrarmos, por exemplo, do início da psicanálise, nos deparamos com um alicerce inaugural de sua fundação – a liberdade da palavra. Emy Von N., uma mulher, diz a Freud para escutá-la, para deixá-la associar livremente em busca daquilo que a faz sofrer. Neste primeiro capítulo, Mendes assinala de maneira enfática que tratar sobre democracia, hoje, implica desenvolver um raciocínio que contemple os motivos pelos quais ela passou a se apresentar, em praça pública e à luz do dia, de maneira completamente anômala. Ainda sustenta que, para tentar compreender seu estatuto hoje, faz-se imperioso refletir sobre religião, economia e mídia, forças que participam dela estruturalmente.

Em “Psicanálise e democracia: um enlace?”, Deborah Gehres desenvolve um percurso teórico e histórico para estabelecer ligações entre o campo psicanalítico e o conceito de democracia. Para tal, faz articulações com as ciências sociais e políticas e discute aspectos concernentes à epistemologia e etimologia das palavras. O texto é atravessado pelos escritos de Freud que mais diretamente abordam a cultura e seus impasses, como o próprio *O mal-estar na cultura*. Um texto que faz um sobrevoo sobre os temas que irão ser trabalhados ao longo do livro.

No que concerne ao aspecto religioso, o capítulo “Democracia, voz do povo, voz de Deus? A psicanálise diante da guerra religiosa no Brasil”, de Gabriel Binkowski, aborda a temática considerando a centralidade que o discurso religioso, principalmente de vertente neopentecostal, vem assumindo nos últimos anos no Brasil. Não se trata, é claro, de travar uma guerra contra os evangélicos, mas segundo o autor, de questionarmos, enquanto psicanalistas, o lugar que a religião ocupa na economia psíquica, bem como o seu papel na construção de uma ideia de democracia como promotora de uma unidade para um povo. Ou seja, um “fantasma chamado democracia” que oculta violências – reais, imaginárias e simbólicas – e que retorna sob forma de sintoma. Binkowski, que vem pesquisando sobre tais questões nos últimos anos, trata nesse ensaio de uma série de indagações que as instituições de psicanálise, em sua maioria, parecem marginalizar ou mesmo ignorar. Se consideramos que a produção da subjetividade se dá no laço social e a partir dos discursos que se fazem

presentes num determinado tempo, “não podemos mais denegar tal questão para a própria transformação da psicanálise” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 116).

Em “Vivemos o mito da democracia racial nas instituições de psicanálise?”, Andréa Mongeló também interpela os psicanalistas sobre o silenciamento e a denegação, nesse caso, do racismo. A autora traz alguns elementos a fim de pensar historicamente o racismo no país, bem como conceitos importantes para, a partir disso, debater a reprodução de práticas racistas no seio das instituições psicanalíticas de formação. Tomando como base a ideia de uma sociedade estruturalmente racista, ou seja, de que comportamentos individuais e toda forma de organização têm origem em uma sociedade em que há racismo em sua estrutura, Mongeló lança mais uma camada em sua argumentação ao colocar em cena a falaciosa ideia de *democracia racial* no Brasil. Tal mito, incontestavelmente, repercute nas práticas das instituições de psicanálise, pois estas, obviamente, não estão à parte de uma discursividade impregnada no tecido social que coloca a branquitude no lugar do universal. Com a ajuda de Cida Bento, trabalha o conceito de pacto narcísico branco e das manutenções e perpetuações de seus privilégios, por exemplo, nas sociedades de psicanálise, que são, em sua amplíssima maioria, compostas por pessoas brancas. Importante ensaio para refletir sobre a necessária implementação de ações afirmativas nas instituições, tais como o letramento racial, a inserção de autores negros nas referências bibliográficas dos seminários e cotas para o acesso à formação, que sabemos, é bastante dispendiosa financeiramente. E tudo isso, é certo, se trata de falar de democracia.

Seguindo nessa toada, “O tempo lógico das ações afirmativas na formação psicanalítica”, capítulo produzido por Alexei Conte Indursky e Carolina Mousquer Lima, aborda, como sugere o título, as questões do tempo e da urgência no estabelecimento das ações afirmativas nas instituições de psicanálise. Propõem que a depender da forma como tais registros são compreendidos, pode-se revelar precisamente a dimensão resistencial presente nas instituições. Para os autores, a urgência é tomada, muitas vezes, como sinônimo de pressa em responder a demandas sociais de transformação, ou seja, estaria em contraposição ao tempo da elaboração psíquica. Entretanto, tal entendimento mostraria a predominância de uma lógica de separação entre o político e o clínico, como se “a urgência social necessitasse de uma espécie de depuração clínica, para que, somente então, pudesse se alçar ao estatuto de um ato” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 147). Na contramão dessa leitura, os autores trabalham o texto “tempo lógico” de Lacan, produzido em um contexto pós-guerra, em que a Europa precisava se responsabilizar pela morte de 6 milhões de judeus. Nesse sentido, retomam a ideia de que a urgência, na teoria lacaniana, é parte constitutiva do ato, o motor que o torna possível – tanto na clínica quanto na esfera política. Dessa forma, sustentam que a “urgência seja escutada não como pressa mas como interpretação de um sintoma coletivo da branquitude, que aparece sob forma de um atraso na ação” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 155). Embora o titubeio faça também parte, é necessário indagar-se sobre o que estaria em jogo nesse tempo de hesitação, que para os autores, seria exatamente o pacto narcísico da branquitude. Por fim, tocam em um ponto fundamental dessa discussão, a necessidade de o branco reconhecer os privilégios e responsabilizar-se diante disso, pois tal ato de abertura, como afirmam, não visa a criar uma “facilitação” de acesso aos negros à formação, mas propõe que possa situar-se em relação à sua própria branquitude.

Já em “Descurso”, Tiasmin Ohnmacht trabalha de maneira muito interessante a forma como a nossa língua, o português, revela no seu uso cotidiano o que ao mesmo tempo busca encobrir: o racismo absolutamente entranhado na sociedade brasileira. A autora, assim como nos outros capítulos sobre o tema, destaca também o impacto do mito da democracia racial em nosso país, mas concentra seu ensaio nas marcas de uma discursividade violenta que busca determinar a invisibilidade e a eliminação de corpos não brancos. É aí que aparece Lélia Gonzales em seu texto, e a perspectiva de engendrar outros cursos, caminhos que fazem resistência e buscam construir formas de reexistência. O “pretuguês” entra então como

um significante, que abre para pensar, por exemplo, o lugar da mulher negra no discurso e a condição de possibilidade de uma outra forma de fazer laço. Nesse sentido, afirma Ohnmacht que o “pretuguês” pode produzir brechas, pois “ser capaz de escutar e reconhecer a reexistência da mulher negra é reconhecê-la como sujeito de sua própria história e da enunciação, sem negar a realidade da violência racial, de gênero e classe que encontra o seu corpo e a procura silenciar” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 46).

O livro também contempla alguns escritos que falam mais diretamente do período de Jair Bolsonaro na presidência e o desvario institucional que foi instaurado, contemplando a pandemia e seus efeitos na subjetividade. Esse é o mote de “Agora é assim” de Simone Engbrecht, no qual é abordado o uso corriqueiro dessa expressão no período pandêmico, que segundo a autora, passou a ser empregado com o intuito de explicar “novos padrões de comportamento, submetidos ao esquema neoliberal de dessubjetivação” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 75). Ao citar exemplos como “agora o mundo é violento”, “agora a comunicação é pela tela”, “agora o mundo é desigual”, Engbrecht aponta a presença da renegação, mecanismo que acaba por eclipsar uma história social repleta de crimes, injustiças e hostilidade. Por meio principalmente de textos freudianos, a autora se contrapõe a esse movimento ao apostar na psicanálise e na possibilidade de escutar a complexidade de um fenômeno, com interrogantes e sem imperativos.

Nesse sentido de interrogar a cultura, o texto “Sobre o esvaziamento do desejo na melancolia”, de Maria Izabel Freitas, busca ensejar uma crítica social através da metapsicologia freudiana. Para tal, percorre o texto *Luto e melancolia* de Freud, tomando-o como forma de compreender o sofrimento atual do país. Para a autora, a melancolia pode ser pensada “como o efeito da negação do lugar de responsabilização de um governante frente à necessidade da inscrição de leis civilizatórias” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 91). Tendo como pano de fundo a gestão (da necropolítica) da pandemia pelo governo de Bolsonaro, Freitas fala sobre o “desamparo dos filhos deste solo” e na melancolia como resposta à violência, prestando queixa do maltrato de descuido.

Seguindo ainda nessa direção, Pedro Mandelli, em “Rompimento do silenciamento para a reconstrução da história”, apresenta uma leitura de determinados acontecimentos da vida nacional e os impactos destes na subjetivação. O autor cita o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura que a partir disso instaurou-se no Brasil por 21 anos; a votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 – na qual o então deputado Bolsonaro presta homenagem a um notório torturador, o coronel Ustra; e a posse de Jair Messias na presidência do país em 2019. Com isso, a ideia central é mostrar as atualizações no presente de momentos históricos no país que ficaram silenciados ou supostamente conciliados, como no caso da Lei da Anistia em 1979.

Fechando o livro, mas provocando aberturas, está o ensaio de Bárbara Conte, “Nem sempre uma ponte é uma travessia”. O texto apresenta uma reflexão que se dá em dois tempos: um tempo de escuridão – que se inicia com a assunção de Michel Temer ao poder e a proposta cínica de fazer uma “ponte para o futuro”, e se agudiza com a eleição de Bolsonaro – e um tempo de esperar, que surge com o resultado das eleições de 2022, se colocando como um tempo de travessia. A autora cita alguns exemplos do exercício da destrutividade do primeiro tempo, como o desmonte do SUS, a negação da eficácia da vacina contra a COVID-19 e a negação da dor da perda do outro, e o império da necropolítica e do desmentido da realidade. Dessa forma, com o apoio de Freud, Adorno, Brecht, entre outros, Conte alerta para os efeitos deletérios da repetição quando predominam os “distúrbios da memória” no laço social.

Por tudo isso, *Psicanálise e democracia* se configura como uma obra importante para que a psicanálise e os psicanalistas possam tomar posição frente aos acontecimentos de ontem e hoje que tensionam a democracia. A obra vai na esteira de outros lançamentos recentes

que buscam fazer esse diálogo, mostrando o quanto a história da psicanálise coloca a clínica como indissociável da questão política e social (GABARRON-GARCIA, 2023). O livro, portanto, é a soma de esforços de psicanalistas que, sob o empuxo do desejo, e diante de um modelo de gestão político-econômica gerador de desigualdade, intolerância ao diferente e adoecimento psíquico, se contrapõem ao peso da violência e da indiferença.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? In: FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 417-435.

GABARRON-GARCIA, Florent. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.